

A Análise do Discurso e a Biopolítica como práticas interpretativas das relações tecidas pelos periódicos uberlandenses (1937-1945) acerca da Educação, Família e Infância

Marcos Paulo de Sousa¹

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar algumas considerações pontuais acerca do contexto histórico-educacional estadonovista, a partir da perscrutação dos principais jornais publicados na cidade de Uberlândia (MG), entre os anos de 1937 e 1945. Importa salientar que esta comunicação faz parte de uma pesquisa em andamento alicerçada, essencialmente, em matérias publicadas nos jornais "O Repórter", "A Tribuna" e "O Correio de Uberlândia". Procuraremos evidenciar, por meio da análise do discurso e do conceito de biopolítica de Michel Foucault, as relações tecidas pelos jornais citados acerca da educação, família e infância. Nesse sentido, as matérias jornalísticas são percebidas como mecanismos discursivos que buscavam engendrar práticas de disciplinarização e de regulamentação da população.

Palavras chaves – Estado Novo. Educação. Imprensa

Abstract: The subject of this work is to present some acurrent points around the historical and educational state system topic gained from researching the main published newspapers in the Uberlândia citybetween the years of 1937 and 1945. It's important to mention that the communication is part of a work based on the research of the main related topics published in the newspapers "O Repórter", "A Tribuna" and "O Correio de Uberlândia". We'll try to underline the topics published by those newspapers about the education, family and childhood using the analisys of the speach and the concept of biopolitics by Michel Foucault. By these means the news are methods used to insert the importance to create rules and focus on order for the population to follow.

Keywords – New government, Getúlio Vargas. Education. Press.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca do referencial teórico-metodológico do projeto de pesquisa “As relações entre educação, família e infância divulgadas pela imprensa escrita uberlandense no Estado Novo (1937-1945)”. Neste percurso reflexivo, realizamos algumas leituras objetivando formar um arcabouço teórico/metodológico que nos possibilitasse alçar vôos sobre a temática supracitada. Todavia, deve-se sublinhar que ainda estamos numa fase inicial de trabalho, como uma relação extensa de obras para ser lida, refletida e incorporada em nossa pesquisa. Assim, pretendemos discorrer essencialmente sobre algumas especificidades de nosso “objeto de pesquisa”, o momento histórico e o embasamento teórico/metodológico refletido até o momento. “A imagem deve sair da moldura” (FOUCAULT, 1981, p.24). Seguindo o conselho de Michel

¹ Professor – Universidade Presidente Antônio Carlos (*Campus* Araguari); Mestrando em Educação – Universidade Federal de Uberlândia.

Foucault e na tentativa de (re)construir “as relações entre educação, família e infância divulgadas pela imprensa escrita uberlandense no Estado Novo (1937-1945)”, objetivamos trabalhar prioritariamente com fontes escritas, as quais serão elencadas mais abaixo.

Inicialmente, é interessante ressaltar que é no âmbito das mudanças sócio-políticas que se pode iniciar o processo de compreensão acerca das transformações educacionais. Assim, nosso corte cronológico inicia-se em novembro de 1937, com o golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas, e encerra-se em outubro de 1945, com a sua deposição da presidência da República. Por outro lado, escolhemos a cidade de Uberlândia como nossa delimitação espacial devido à possibilidade de efetivação de promissores diálogos com a imprensa escrita local. Na pesquisa já realizada, pudemos levantar a existência de três jornais locais, a saber, *O Repórter*, *A Tribuna e O Correio de Uberlândia*, com uma grande quantidade de matérias relacionadas ao nosso tema de pesquisa.

O trabalho de Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Ângela de Castro Gomes – “*Estado Novo: ideologia e poder*” - objetiva “*desenhar o perfil doutrinário do Estado Novo*” (OLIVEIRA, 1982, p.08). Após o texto introdutório, Lúcia Lippi explana em dois outros textos a teoria de ideólogos estadonovistas: Almir de Andrade e Azevedo Amaral. Em seguida, Mônica P. Velloso sublinhará a importância decisiva da propaganda na sustentação do governo varguista. Nesta análise, a autora estuda algumas publicações que permitem visualizar os princípios ideológicos do Estado Novo. Entre estas publicações, destacam-se: *Ciência Política e Cultura Política*. Encerrando a obra, a historiadora Ângela de Castro Gomes reflete sobre a “democracia” instituída no período da ditadura de Vargas. A autora discute a instituição de 1930 como um marco periodizador e, entre outros pontos, a “*construção de um Homem Novo: o trabalhador brasileiro*” pelo governo Vargas.

Já a obra de Elizabeth Cancelli – *O Mundo da Violência: a polícia da era Vargas* – nos fornece interessantes discussões sobre o Estado Novo e a Polícia enquanto um dos sustentáculos deste regime. A obra de Cancelli brilhantemente reúne estudos sobre a ditadura varguista e seu aparato policial. *O Mundo da Violência: a polícia da era Vargas* apresenta os três principais alicerces do governo Vargas: O DASP, o DIP e a Polícia. Segundo a autora, o aparato policial estadonovista foi o responsável pela sustentação de Vargas no poder, uma vez que as forças que o apoiaram em 1930 estavam se desvanecendo. Cancelli apresenta a violência como um utilitário imprescindível às manobras da Polícia, personificação do Estado Novo de Getúlio Vargas. A autora afirma que “*a falta de princípios policiais garante a eficácia do poder; a polícia se produz e reproduz como o grande agente de instabilidade social [...]*” (CANCELLI, 1993, p.05).

Demerval Saviani, notório historiador da educação, em *História das Idéias Pedagógicas do Brasil*, no capítulo VIII – “Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947)”, nos apresenta, além das correntes de pensamento educacionais do período, a espinha conceitual do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” e os principais pensadores do período. Em suas reflexões, Saviani prende sua atenção por algum tempo sobre duas personagens chaves, a saber, Francisco Campos e Gustavo Capanema e, assim como Brito, pondera sobre as Leis Orgânicas de Ensino.

Os autores acima têm nos ajudado a (re)criar um contexto histórico-educacional amplo, capaz de compreender a dinâmica na qual está envolto nosso objeto de pesquisa. Munidos dessa compreensão inicial, partimos para a leitura de obras que nos ajudassem a trabalhar com nossa fonte por excelência: o jornal escrito. Neste sentido, a obra organizada por Anaete Regina Schelbauer e José Carlos Souza Araújo, intitulada *História da Educação pela Imprensa*, nos oferece a oportunidade de inserção em uma temática que é de suma importância nosso trabalho. Os artigos reunidos traçam os caminhos percorridos por aqueles que escolheram trilhar os passos da História da Educação por meio da perscrutação da imprensa. Já no primeiro capítulo, sob o título “Entre Anúncios e Artigos: registros do método de ensino intuitivo do jornal *A Província de São Paulo* (1875-1889)”, Schelbauer, citando António Nóvoa, observa que:

Na verdade, é difícil encontrar um outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as desilusões e as utopias que têm marcado o projeto educativo nos últimos dois séculos. Todos os Atores estão presentes nos jornais e nas revistas: os alunos, os professores, os pais, os políticos, as comunidades.. As suas páginas revelam, quase sempre ‘a quente’, as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época. (SCHELBAUER, 2007, p.07)

No terceiro capítulo intitulado “Debates Educacionais na Imprensa: republicanos e católicos no Triângulo Mineiro (1892-1931)”, Carlos Henrique de Carvalho e Geraldo Inácio Filho ressaltam que:

Portanto, se o historiador estiver devidamente munido do aparato teórico e dominando os fatos do contexto histórico, são configuradas as informações jornalísticas, constituindo-se em fonte inigualável para o estudo da história da educação, contribuindo para a ampliação da compreensão do processo de expansão da educação, da difusão das concepções educacionais, dos usos políticos, das lutas dos diferentes estratos sociais pela educação. (CARVALHO, 2007, p.56)

Em “Da ordem educacional ao progresso social: a concepção de educação veiculada pela imprensa (Uberlândia, MG – 1920-1945), Círian Gouveia Máximo e Carlos Henrique de Carvalho, investigando os discursos jornalísticos uberlandenses chegam a conclusão de que a imprensa, como fonte de pesquisa, possibilita a

[...] percepção dos modos de funcionamento da educação, ao veicularem informações do trabalho pedagógico, da prática docente, das disciplinas, da organização de sistemas, das reivindicações docentes e outros assuntos gerados nesse campo. (MÁXIMO, 2002, p. 380)

Por outro lado e em decorrência do que já foi apresentado acima, a leitura de Sônia Kramer, Helena H. Nagamine Brandão, André Duarte e Michel Foucault, dentre outros, tem-se colocado de extrema relevância para analisarmos a nossa fonte de pesquisa: o jornal escrito. Essas leituras nos levam essencialmente para as teorizações acerca da Análise do Discurso (AD).

O interesse pela AD também nos foi despertado após inúmeras aulas e discussões propiciadas pela disciplina Metodologia da Pesquisa em Educação, particularmente com a apresentação do texto de Sônia Kramer (2003). A partir desta leitura, tivemos a oportunidade de conhecer, mesmo que ainda superficialmente, algumas das reflexões de Mikhail Bakhtin, e aprofundar em uma série de questões relativas à produção, à linguagem e ao discurso.

De acordo com Bakhtin... produção e recepção de significados é o que verdadeiramente constitui a linguagem. A linguagem tem dimensões dialógicas e ideológicas, que são historicamente determinadas. Toda palavra tem intenções, significados; para entender o discurso (o texto falado ou escrito) o contexto precisa ser entendido. (KRAMER, 2003, p. 58)

Apesar da AD não se configurar como objeto principal de dissertação de Kramer, as citações atribuídas a Bakhtin acenderam inúmeras luzes sobre a nossa temática de pesquisa e, essencialmente, acerca de nossas fontes documentais. Com Helena Brandão (2007), começamos a ser introduzidos no universo da AD, com seus conceitos, teorias e pensadores, dentre eles Bakhtin e Foucault, o qual afirma que “*analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições: é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugida aparência*”. (FOUCAUT *apud* BRANDÃO, 2007, pp.50-51)

Em um momento discricionário como o Estado Novo de Getúlio Vargas, com o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) em pleno vigor, acreditamos que a AD se configurará como a metodologia mais acertada para responder e elucidar uma série de

questões relativas ao contexto educacional uberlandense da época, via imprensa escrita, uma vez que “*cabe a AD trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade linguística as marcas das contradições ideológicas*”. (BRANDÃO, 2007, p. 50)

Concomitante à utilização da AD, o conceito de *biopolítica* cunhado por Michel Foucault tem ampliado nossos horizontes em relação às “formas de abordagem” de nosso objeto. Segundo André Duarte, ao longo do séc. XVIII e virada do séc. XIX, o poder, para Foucault, deixa de ser exercido sobre corpos individualizados para se concentrar no Estado e no seu exercício “*a título de política estatal com pretensões de administrar a vida e o corpo da população*”. (DUARTE, 2006, p.48) O poder disciplinar não tinha como objetivo apenas administrar os comportamentos individuais, mas pretendia

[...] normalizar a própria conduta da espécie, bem como reger, manipular, incentivar e observar macro fenômenos como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida etc. A partir do século XIX, já não importava mais apenas disciplinas as condutas, mas também implantar um gerenciamento planejado da vida das populações. (DUARTE, 2006, p. 49)

A partir das contribuições da *história política*, da história da educação pela imprensa, da ad e do conceito de *biopolítica*, iniciamos uma série de reflexões acerca do contexto histórico-educacional estadonovista sob o olhar da imprensa uberlandense (1937-1945).

Em Uberlândia, um dos principais indícios do “caos educacional” vivenciado pela sociedade brasileira na década de 1930, era sentido pela vadiagem daqueles que deveriam zelar pela sua formação. Assim, já em 1935, o jornal *O Repórter* afirmava que:

Existem muitos pequenos vadios entre nós cuja posição financeira dos paes permite-lhes perfeitamente uma diretriz segura de sua formação. No entanto vivem por ahi descurados dos zelos paternaes, armazenando os maus exemplos dos tarados com quem, á força de continuo contacto, se fazem camaradas e discípulos intransigentes. (sic)²

A partir de textos como o citado acima, facilmente encontrados nos jornais do início da década de 1930, a imprensa escrita uberlandense enfatizou a urgência de medidas que solucionassem ou, ao menos, minimizassem os problemas vivenciados no âmbito educacional.

O mal é gravíssimo. Devemos combatê-lo (o analfabetismo) com toda a força e esforço. Quanto mais protelarmos a applicação dos remédios necessários para o debelar, tanto mais angustioso será no futuro a nossa situação e mais difficil a solução do momentoso problema. (sic)³

² Jornal *O Repórter*, Uberlândia, 11 de agosto de 1935, ano II, n.78, p.01.

³ Jornal *A Tribuna*, Uberlândia, 05 de novembro de 1939, ano XXII, n. 1350, pp. 01 e 03.

Por outro lado, a imprensa, já na vigência do Estado Novo varguista, salientava as ações empreendidas em prol do desenvolvimento da educação nacional.

Fugindo ao métodos rotineiros do antigo regime, a atual Constituição fixa o pensamento constructos do Novo Estado, no sentido de tornar a educação uma força creadora das energias nacionaes, garantindo a communhão espiritual do povo e estimulando a riqueza e a prosperidade do paiz. (sic) ⁴

No percurso enaltecedor das proezas varguistas na solução dos problemas educacionais brasileiros, articulistas locais e nacionais sublinhavam que “*as mudanças na vida dos povos são ilusórias quando não ha, para apoiar-las, o entusiasmo da juventude*” (sic).⁵ Fica evidente, em vários dos textos publicados, as relações íntimas tecidas entre Educação, Infância/Juventude e Estado Novo. Inicialmente apresentava-se o cenário desolador do campo educacional e a urgência de medidas reparadoras para, logo em seguida, apontar as transformações implementadas pelo governo de Getúlio Vargas.

Só o Estado Novo, em sua concepção orgânica da nacionalidade, voltou suas vistas para o drama cultural de nossa pátria. Era preciso, não só alfabetisar o povo, mas proporcionar-lhe instucção technica, aparelhando o homem para a luta pela vida. (sic) ⁶

Ao mesmo tempo em que as matérias jornalísticas teciam longas considerações acerca do Estado Novo e a Educação, elas também sublinhavam as inovações oriundas desta nova realidade na história do país. Uma vez que com a Constituição de 1937 a família fora responsabilizada pela educação, vários conteúdos foram abordados ressaltando a atenção dispensada pelo “novo regime” à família e à infância/juventude.

A lei de proteção a infância e a juventude, se distende também ás mães brasileiras. Mas todos nós que olhamos o nosso paiz com uma patriótica objectivação futura, havemos de convir que só uma juventude bem cuidada, uma infância carinhosamente educada, virá completar a obra desses fundadores do Estado Novo, deante do qual colocou a mão providencial do Senhor de Todas as Coisas... (sic) ⁷

Perante o quadro de imensa defasagem educacional do país, as matérias ressaltaram a necessidade de reformas, mudanças de comportamento e, essencialmente, comprometimento da família brasileira com o desenvolvimento da “nação”. Neste sentido, a imprensa escrita

⁴ Jornal *A Tribuna*, Uberlândia, 15 de janeiro de 1938, ano XX, n. 1172, p. 02.

⁵ Jornal *A Tribuna*, Uberlândia, 19 de janeiro de 1938, ano XX, n. 1173, p. 01.

⁶ Jornal *A Tribuna*, Uberlândia, 10 de novembro de 1938, ano XX, n. 1258, p. 02.

⁷ Jornal *A Tribuna*, Uberlândia, 10 de março de 1940, ano XXII, n. 1384, p. 01.

local foi utilizada como mais um recurso estadonovista para disseminar a idéia de um governo preocupado com as questões que mais sensibilizavam a sociedade no momento.

A família que, segundo a imprensa escrita, estava sob a “proteção especial do Estado”, deveria assumir seu papel na formação de “super homens” para uma “nova sociedade”.⁸ Na efetivação de sua missão, a família brasileira teria de estar atenta com as novas exigências e diretrizes do regime Vargas. Todavia, neste sentido, algumas diferenciações essenciais para o momento eram ressaltadas pelos articulistas:

O Estado totalitário nega aos pais o direito de educar a prole. A criança lhe pertence. Arroga-se o direito de educá-la de acordo com a sua doutrina exclusivista. O Estado político brasileiro, conservando-se da justa medida e interpretando os sentimentos cristãos do nosso povo, estabelece que “a educação integral da prole é o primeiro dever, é o direito natural dos pais”. Acrescenta, entretanto: “O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, pra felicitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular”.⁹

A família teria a obrigação de educar sua infância e juventude. Todavia, caso o objetivo não fosse alcançado, o Estado, segundo os discursos da imprensa, “não seria estranho” diante esta realidade. A família deveria promover todas as ações necessárias para atingir as metas estadonovistas, caso contrário, o Estado tomaria “todas as medidas destinadas a assegurar-lhes (à infância e à juventude) as condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento de suas faculdades”.¹⁰ Às famílias carentes de recursos financeiros para o investimento na educação de suas crianças e jovens, o Estado as auxiliaria nesta incumbência.

Ao mesmo tempo em que as obrigações da família eram enfatizadas, as ações do “estadista” Getúlio Vargas eram sublinhadas. “Seu pensamento e sua ação transpõem a linha limitada do presente para projetar-se no futuro. Não trabalha somente para o dia de hoje. Constroeu para o futuro. É este o sentido profundo de sua política social (sic)”.¹¹

Por fim, importa salientar que as reflexões a partir da AD e da *biopolítica* estão sendo aos poucos incorporadas em nossas análises. Neste percurso, vale elencar algumas obras que tratam destas temáticas e que ainda serão lidas: *O que é ideologia* de Marilena Chauí, *Marxismo e filosofia da linguagem* de Mikhail Bakhtin, *A linguagem e seu funcionamento e Análise de Discurso* de Eni P. Orlandi, *Nascimento da Biopolítica* e *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault.

⁸ *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 01 de novembro de 1941, ano IV, n. 800, p. 01.

⁹ *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 30 de abril de 1941, ano IV, n. 696, p. 02.

¹⁰ *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 30 de abril de 1941, ano IV, n. 696, p. 02.

¹¹ *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 30 de abril de 1941, ano IV, n. 696, p. 02.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, J. C. S.; INÁCIO FILHO, G. (2005). Inventário e Interpretação sobre a Produção histórico-Educacional na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da sementeira à colheita. In: GATTI JÚNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. (orgs.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e investigações*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, pp. 153-191.
- BRANDÃO, H. H. N. (2007) *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, SP: Editora UNICAMP.
- BRITO, S. H. A. (2006). A Educação no Projeto Nacionalista do Primeiro Governo Vargas (1930-1945). In: LOMBARDI, I. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.) *Navegando pela história da Educação*. Campinas,SP: Graf. FE: HISTEDBR. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_101.html> (Acessado em 8 jan. 2009).
- CANCELLI, E. (1993). *O Mundo da Violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Edunb.
- CARONE, E. (1976). *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel.
- CARVALHO, C. H.; INÁCIO-FILHO, G. (2007). Debates Educacionais na Imprensa: republicanos e católicos no Triângulo Mineiro (1892-1931). In: SCHELBAUER, A. R.; ARAÚJO, J. C. S. (orgs.). *História da Educação pela Imprensa*. Campinas, SP: Alínea, pp.53-84.
- DUARTE, A. (2006). Biopolítica e Resistência: o legado de Michel Foucault. In; RAGO, M; VEIGANETO, A. (orgs.) *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, pp.45-55.
- FOUCAULT, M. (1981). “Las Meninas”. In: *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.
- FRAMER, S. (2003) Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. In: FREITAS, M. T. et al. (orgs.) *Ciências Humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, pp. 57-76.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. (2001). *História da Educação*. 2.ed.rev. São Paulo: Cortez.
- MÁXIMO, C. G.; CARVALHO, C. H. (2002). Da Ordem Educacional ao Progresso Social: a concepção de educação veiculada pela imprensa (Uberlândia, MG – 120-1245). In: LOPES, A. A. B. M. et al. (orgs.) *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, pp. 374-385.
- OLIVEIRA, Lúcia L. et al. (orgs.) (1982). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ROMANELLI, O. O. (2001). *História da Educação no Brasil: 1930/1973*. 26.ed. Petrópolis: Vozes.
- SAVIANI, D. (2007). *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.
- SCHELBAUER, A. R. (2007). Entre Anúncios e Artigos: registros do método de ensino intuitivo do jornal *A Província de São Paulo* (1875-1889). In: SCHELBAUER, A. R.; ARAÚJO, J. C. S. (orgs.). *História da Educação pela Imprensa*. Campinas,SP: Alínea, pp.07-52)